



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 128

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 13 DE DEZEMBRO DE 2004

ANO XXIX

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**  
Presidente - PSDB

**ANDRÉ VARGAS**  
1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**  
1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**  
2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**  
3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**  
4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Líder do Governo .....	Natálio Stica
Líder da Oposição .....	Durval Amaral
PTB.....	Carlos Simões
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Valdir Rossoni
PMDB.....	Antonio Anibelli
PP .....	Duílio Genari
PT .....	Elton Carlos Welter
PDT .....	Barbosa Neto
PSL .....	Luiz Carlos Martins
PL .....	Mauro Moraes
PPS.....	Ratinho Júnior
PSB .....	Dr. Luciano Ducci

## Representação Partidária

PMDB - 10: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühler - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 05: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 04: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 20ª SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
13 DE DEZEMBRO DE 2004**

*(segunda-feira)*

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Carlos Simões e Ratinho Júnior.

Às dezesseis horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 2271**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão

e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 13.12.2004.

(a) RATINHO JÚNIOR

**REQUERIMENTO Nº 2272**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem apresentar sua justificativa de votação contrária aos Projetos de Lei nºs 301/2004 e 302/2004, o que o faz nos seguintes termos:

1 - Foi aprovado nesta Casa requerimento na semana passada, o qual solicitava que o envio dos documentos sobre as empresas Paraná Investimentos S/A e Paraná Desenvolvimento S/A, chegassem a esta Assembléia até o dia 10 de dezembro, para análise deste Parlamentar, o que não aconteceu.

2 - Ocorre que a referida documentação chegou ao Gabinete somente por volta das 11:30hs de hoje, 13/12/2004, poucas horas da votação dos projetos, o que inviabiliza sua análise e apreciação como desejado.

3 - Em uma rápida verificação por amostragem, somente no balanço da empresa Paraná Investimentos S/A, verificou-se ser por demais sintético, contudo refere prejuízos que montam importâncias vultosas, superiores, no ano de 1998, a 240 milhões de reais, sem a devida explicação acerca da sua composição.

4 - Diversos investimentos foram realizados sem que se tivesse verificado a sua conseqüente concretização, como construção de rodovias e investimentos na FERROESTE, a qual foi privatizada em seguida.

5 - Ademais foram efetivadas diversas negociações com ações da COPEL, por onde passaram mais de 111 bilhões de ações.

6 - Estes são apenas alguns tópicos superficialmente analisados por amostragem. São mais de 60 páginas de documentos desde 1996 a 2004, entre demonstrativos e relatórios que necessitam de análise pormenorizada, o que se dará, somente com um tempo razoável para tal.

Sala das Sessões, em 13.12.2004.

(a) NEIVO BERARDIN

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2272, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, solicitando justificativa de votos contrários aos Projetos de Lei nºs 301/2004 e 302/2004. **Recebido. À Diretoria Legislativa, para anexar aos referidos projetos.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 458/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera a Lei nº 11.580 de 14 de novembro de 1996. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 093/2004, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que torna obrigatório às empresas de ônibus de linhas convencionais estaduais, intermunicipais e de turismo, prestar informações de segurança aos passageiros quando da partida dos mesmos dos terminais rodoviários. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, COPTC e SP. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Neivo Beraldin, gostaria que o senhor pegasse o apoio dos Parlamentares.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Acabei de conseguir essas emendas e não poderia imaginar que em cinco minutos viesse em 2ª discussão um projeto que acabamos de discutir.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Por isso daremos alguns minutos para o senhor conseguir o apoio.

**(Suspensa a Sessão por cinco minutos)**

### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 301/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 21/2004, que autoriza o Poder Executivo nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores, a dissolver, liquidar e extinguir a empresa Paraná Investimentos S/A, com sede em Curitiba, constituída através da Lei nº 11.428, de 14 de junho de 1996. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO AO  
PROJETO DE LEI Nº 301/2004

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, apresenta emenda aditiva ao projeto de lei, acrescentando o parágrafo único ao artigo 1º, com a seguinte redação:

“§ 1º - A dissolução, liquidação e extinção a que se refere o artigo antecedente, só se efetivará mediante uma completa Auditoria do Tribunal de Contas do Estado e de uma auditoria independente especialmente contratada para este fim.

§ 2º - Os recursos a que se refere o artigo 2º só serão disponibilizados após o envio das auditorias à Assembléia Legislativa para sua apreciação e análise.”

Sala das Sessões, em 13.12.2004.

(a) NEIVO BERALDIN

Apoio:

Delegado Bradock, Ainton Araújo, Marcos Isfer, Antonio Anibelli, Arlete Caramês e Waldir Leite.

JUSTIFICATIVA:

Foi aprovado nesta Casa requerimento na semana passada, o qual solicitava que o envio dos documentos sobre as empresas Paraná Investimentos S/A e Paraná Desenvolvimento S/A, chegassem a esta Assembléia até o dia 10 de dezembro, para análise deste Parlamentar, o que não aconteceu.

Ocorre que a referida documentação chegou ao Gabinete somente por volta das 11:30 hs de hoje, 13/12/2004, há poucas horas da votação dos projetos, o que inviabiliza sua análise e apreciação como desejado.

Em uma rápida verificação por amostragem, somente no balanço da empresa Paraná Investimentos S/A, verificou-se ser por demais sintético, contudo refere prejuízos que montam importâncias vultosas, superiores, no ano de 1998, a 240 milhões de reais, sem a devida explicação acerca da sua composição.

Este é apenas um documento destacado por amostragem. São mais de 60 páginas de documentos desde 1996 à 2004, entre demonstrativos e relatórios que necessitam de análise pormenorizada, o que se dará, somente com um tempo razoável para tal.

**O projeto voltará à Comissão de Constituição e Justiça com a sua discussão já encerrada.**

### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 302/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 22/2004, que autoriza o Poder Executivo nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores, a dissolver, liquidar e extinguir a empresa Paraná Desenvolvimento S/A, com sede em Curitiba, constituída através da Lei nº 11.742, de 19 de junho de 1997. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO AO  
PROJETO DE LEI Nº 302/2004**

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, apresenta emenda aditiva ao projeto de lei, acrescentando o parágrafo único ao artigo 1º, com a seguinte redação:

“§ 1º - A dissolução, liquidação e extinção a que se refere o artigo antecedente, só se efetivará mediante uma completa Auditoria do Tribunal de Contas do Estado e de uma auditoria independente especialmente contratada para este fim.

§ 2º - Os recursos a que se refere o artigo 2º só serão disponibilizados após o envio das auditorias à Assembléia Legislativa para sua apreciação e análise.”

Sala das Sessões, em 13.12.2004.

(a) NEIVO BERALDIN

Apoioamento:

Delegado Bradock, Ainton Araújo, Marcos Isfer,  
Antonio Anibelli, Arlete Caramês e Waldir Leite.

**JUSTIFICATIVA:**

Foi aprovado nesta Casa requerimento na semana passada, o qual solicitava que o envio dos documentos sobre as empresas Paraná Investimentos S/A e Paraná Desenvolvimento S/A, chegassem a esta Assembléia até o dia 10 de dezembro, para análise deste Parlamentar, o que não aconteceu.

Ocorre que a referida documentação chegou ao Gabinete somente por volta das 11:30 hs de hoje, 13/12/2004, há poucas horas da votação dos projetos, o que inviabiliza sua análise e apreciação como desejado.

Em uma rápida verificação por amostragem, somente no balanço da empresa Paraná Investimentos S/A, verificou-se ser por demais sintético, contudo refere prejuízos que montam importâncias vultosas, superiores, no ano de 1998, a 240 milhões de reais, sem a devida explicação acerca da sua composição.

Este é apenas um documento destacado por amostragem. São mais de sessenta páginas de documentos desde 1996 à 2004, entre demonstrativos e relatórios que necessitam de análise pormenorizada, o que se dará, somente com um tempo razoável para tal.

**O projeto será encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça com a sua discussão já encerrada.**

**ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 262/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 15/2004, que cria

cargos na Rádio e Televisão Educativa do Paraná - RTVE, conforme especifica. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. (Publ. no DA nº 067/2004 de 04.08.2004 - Mensagem).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 262/2004**

**P A R E C E R :**

**Relatório**

O projeto de lei acima epigrafoado foi encaminhado pelo Chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem nº 015/2004, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos Pares desta Casa, e tem como proposta criar cargos na Rádio e Televisão Educativa do Paraná - RTVE, conforme especifica.

Na justificativa o autor diz que a medida ora proposta consubstancia o resultado de estudos conjuntos realizados pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e da Administração e da Previdência, com vistas a dotar a referida Rádio e Televisão Educativa do Paraná, de cargos em comissão que permitam pleno atendimento das finalidades daquela autarquia.

Objetiva-se regularizar situação que perdura por mais de 10 anos, com contratações de funcionários em desacordo com normas legais vigentes, sendo, inclusive, objeto de questionamento pelo Tribunal de Contas do Estado e, ainda, com prazo estabelecido pelo Tribunal de Justiça para regularização das situações.

**Da Fundamentação do Parecer**

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto presente o princípio de admissibilidade.

Já quanto à técnica legislativa, há de se modificar o artigo 3º do projeto de lei em apreço. Até a edição da Lei Complementar nº 95, de 1998, (artigo 9º) a cláusula de revogação podia ser específica ou geral. Desde então, no entanto, admite-se somente a cláusula de revogação específica. Assim, atualmente é incorreto o uso de cláusula revogatória como a constante no artigo 3º do projeto de lei em análise.

**Conclusão**

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei, na forma da emenda modificativa.

Sala das Comissões, em 17.08.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**EMENDA MODIFICATIVA  
AO PROJETO DE LEI Nº 262/2004**

Art. 1º - Modifica o artigo 3º do Projeto de Lei nº 262/2004, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 17.08.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
ANTONIO ANIBELLI - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 262/2004**

**P A R E C E R :**

O presente plano de lei é da lavra do Poder Executivo, Mensagem nº 015/2004, que criar cargos na Rádio e Televisão Educativa do Paraná-RTVE, conforme especifica.

A Comissão de Constituição e Justiça, já emitiu, quanto a constitucionalidade, legalidade e técnica Legislativa, o devido parecer favorável.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o artigo 33 em seu parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, não encontrou nada que possa obstacularizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Razão pela qual opinamos pelo encaminhamento ao duto Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.2004.

(aa) ELIO RUSCH  
Presidente e Relator

**Em votação.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Os Srs. Deputados que aprovam em 1ª Discussão o Projeto de Lei nº 262/2004, Mensagem 15/2004 que cria cargos na Rádio e Televisão Educativa do Paraná - RTVE, queriam levantar-se.

Solicito ao Deputado Carlos Simões que faça a contagem.

Trinta e seis Sr. Deputados aprovam. Os que rejeitam queriam levantar-se: 60 Srs. Deputados.

**Está aprovado em 1ª Discussão.**

**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 281/2004, de autoria do Deputado Nelson Tureck, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Estadual da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão - UNESCAM. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. (Publ. no DA nº 068/2004 de 09.08.2004).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 281/2004**

**P A R E C E R :**

**Histórico**

O Projeto de Lei nº 281/2004 de autoria do Deputado Estadual Nelson Tureck, autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Estadual da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão - UNESCAM.

**Fundamentação**

O projeto de lei em análise já recebeu parecer contrário do Ilustre Deputado José Maria Ferreira, relator, onde depreende-se que “o projeto apresenta óbices de natureza constitucional e legal, vez que o Estado não necessita de autorização para criar fundações, concluindo e opinando pela transformação do projeto de lei em indicação legislativa.

Ocorre que, não se trata unicamente de autorização para criação de fundação, mas de ampliação de toda uma estrutura educacional local, conforme depreende-se da justificativa do projeto de lei em análise.

A Constituição Federal em seu artigo 23, inciso V, a saber:

“Art. 23 - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios...

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;”

Da mesma forma ainda, a Carta Magna em seu artigo 24, inciso IX que trata da competência concorrente traz:

“Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

IX - educação, cultura, ensino e desporto.”

Ora, a Constituição Federal traz claramente a intenção de que sejam debruçado esforço no intuito de buscar a ampliação, o auxílio, a manutenção e sobretudo a melhoria do ensino, da cultura e da educação. Vale dizer, que o legislador federal não criou nenhum impedimento para as melhorias no setor educacional, quiçá, o legislador estadual tornar inviável ações que estejam voltadas a ampliar as melhorias em tal setor.

Em contrário senso, não existe impedimento constitucional para a iniciativa ao Poder Executivo de criar fundação educacional a qual seguirá seu trâmites e justificativas posteriores, não se tratando também de iniciativa privativa do Governador previstas no artigo 66 e seguintes da Constituição Estadual.

**Conclusão**

Diante do exposto, salvo melhor juízo, o voto em separado, submetido à apreciação dos demais integrantes desta Comissão de Constituição e Justiça é, pela aprovação.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DELEGADO BRADOCK - Relator

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTE  
PROJETO DE LEI Nº 281/2004**

**P A R E C E R :**

**Relatório**

O presente projeto de lei autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação da Universidade Estadual da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão - UNESCAM.

#### **Fundamentação**

O referido projeto do Deputado Nelson Tureck, tem o condão de ampliar o atendimento para o Ensino Superior numa região do Estado bastante carente em termos de Universidade Pública no Noroeste do Paraná.

#### **Conclusão**

Por parte desta Comissão, portanto, não há óbice para que o projeto possa tramitar nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 13.12.2004.

(aa) TADEU VENERI - Presidente  
BARBOSA NETO - Relator

**Aprovado**, com voto contrário da Deputada Elza Correia.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, também quero registrar voto contrário. Votei na Comissão de Constituição e Justiça contrário também. O projeto cria uma universidade em uma região - com todo respeito à comunidade que precisa, mas é uma ação de Governo, não é uma lei que vai autorizar a criação de uma universidade na região. Na Comissão de Constituição e Justiça fui voto vencido, mas posicionei-me contrariamente.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Da mesma forma, quero registrar meu voto contrário, mesmo respeitando o Deputado Nelson Tureck, autor da proposta, mas é uma iniciativa de competência do Executivo e desta forma foi nosso voto na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está **aprovado**, com voto contrário dos Parlamentares que se manifestaram contra o projeto.

#### **ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 476/2004, de autoria do Deputado Nelson Justus, que altera o artigo da Lei nº 9.491, de 21 de dezembro de 1990, que estabelece critérios para a fixação dos índices de participação dos Municípios no produto da arrecadação do ICMS. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. (Publ. no DA nº 121/2004, de 07.12.2004).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 476/2004

#### **P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Nelson Justus, tem por objetivo alterar o artigo 1º, da Lei nº 9.491, que estabelece critérios para a fixação

dos índices de participação dos Municípios no produto da arrecadação do ICMS.

Chamada a opinar, a Comissão de Constituição e Justiça apresenta parecer favorável, quanto à constitucionalidade e legalidade da matéria.

O Poder Executivo terá a incumbência de regulamentar a proposição e poderá disciplinar a repartição a cada Município do Litoral Paranaense, do percentual destinado, de acordo com o número de habitantes, número de residências, número de quartos ofertados pela hotelaria, e, assim, minimizar as enormes despesas das Prefeituras Municipais durante o período da alta temporada.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
ANTONIO ANIBELLI - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 476/2004

#### **P A R E C E R :**

O presente plano de lei é da lavra do Deputado Nelson Justus, e objetiva alterar o artigo 1º da Lei nº 9.491, de 21 de dezembro de 1990, que estabelece critérios para fixação dos índices de participação dos Municípios no produto da arrecadação do ICMS.

A Comissão de Constituição e Justiça, já emitiu, quanto à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, o devido parecer favorável.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o artigo 33 em seu parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, não encontrou nada que possa obstacularizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Razão pela qual, opinamos pelo encaminhamento ao douto Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
ADEMAR TRAIANO - Relator

#### **Em votação.**

O SR. NEIVO BERALDIN (**Para Discutir**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Projeto de Lei nº 476/2004, do Deputado Nelson Justus, altera o artigo 1º da Lei nº 9.491 de 21.12.1990 que estabelece critérios para fixação dos índices de participação dos Municípios no Produto de arrecadação do ICMS. Pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e também de uma outra Comissão.

Eu entendo a proposta do Deputado Nelson Justus, como uma proposta interessante. No entanto, acho que seria uma proposta mais justa se ela denominasse o período de temporada para beneficiar os Municípios do Litoral do Paraná, até porque eu entendo que, além do

ICMS ecológico repassar alguns milhões de reais ao litoral do Paraná, sobretudo Guaratuba, Guaraqueçaba, Matinhos e outros Municípios da região, também é justo, que o Vale da Ribeira, que é uma região bastante sofrida, assim como a região Sul do Estado e o Norte Pioneiro, também tenham o merecimento de uma participação no índice do ICMS diferenciado.

Parece-me razoável que chegássemos num entendimento porque 1% da receita do ICMS do Estado para o litoral do Paraná, o ano como um todo, pode haver uma reação bastante grande dos Municípios que integram os nossos 399 Municípios do Paraná.

A minha ponderação é que se fosse possível repassar, sim, recursos para o litoral do Paraná no período da temporada, porque se nós tivéssemos que depender do ano todo, aí estaríamos dando um tratamento desigual aos iguais, porque há outros municípios do Paraná que têm uma dificuldade econômica muito grande, sobretudo o Vale da Ribeira, como já disse, Região Sul do Estado, Mallet, Rio Azul, o Norte Pioneiro, o fundo Noroeste do Estado que é uma região bastante carente de recursos.

Não podemos legislar simplesmente beneficiando uma parte do Estado e esquecendo as demais. Embora, reconheçamos que o litoral do Paraná é uma região onde milhares de pessoas do nosso Estado acabam indo e é evidente que o litoral carece de infra-estrutura, infra-estrutura essa de responsabilidade do Governo do Estado e não dos municípios. O saneamento, por exemplo, depende do Governo do Estado do Paraná; a segurança pública depende do Governo do Estado do Paraná; o Corpo de Bombeiros, também. Então, o índice de ICMS cai diretamente na Prefeitura e, guardada a autonomia dos municípios pela Constituição Estadual e Federal, eles aplicam o dinheiro que recebem aonde bem entender!

Mais um adicional dentro do ICMS que é repassado todas as quartas-feiras para os municípios, poderá não ser aplicado efetivamente na melhor qualidade de vida, no saneamento, na segurança, na educação, enfim numa ação global de interesse da comunidade do Paraná.

Então, a minha observação é que se fosse dado algum benefício a mais para o litoral que se dê na temporada e pensando também nas outras regiões porque estaremos legislando especificamente para uma região.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O projeto do Deputado Nelson Justus que visa transferir 1% a mais sobre o ICMS arrecadado no Estado para os municípios de Paranaguá, Matinhos, Guaratuba, Pontal do Paraná, Guaraqueçaba, Morretes, Antonina, do ponto de vista da constitucionalidade, esta Assembléia tem iniciativa, sim, para tomar tal decisão, até porque, Deputado Neivo Beraldin, tem um projeto ecológico com a mesma sistemática. Entretanto, hoje eu voto pela con-

stitucionalidade dele porque estaria votando na legalidade.

Agora, no mérito, não posso votar favorável a um projeto deste. E me perdoe o Deputado Nelson Justus, hoje o Litoral do Estado do Paraná já recebe apoio do Governo na questão da segurança, da saúde, de investimentos, de saneamento, infra-estrutura, escolas.

E não podem agora os demais 390 municípios do nosso Estado pagar uma conta que os municípios da região litorânea vão ter o benefício.

Por exemplo, como entenderia o Deputado Nelson Tureck, futuro prefeito da cidade de Campo Mourão vendo retirar do bolo das receitas 1% para destinar a esses municípios, sem nenhuma compensação ao Município de Campo Mourão, de Guarapuava, no caso do nosso futuro Prefeito Ribas Carli? Não vejo justiça fiscal e tributária para esta lei.

O Estado do Paraná já tem dado a sua participação. Se for insuficiente, cabe a nós pleitear, colocar no orçamento, reivindicar e se possível, dentro da condição da vida política, pressionar o Executivo para que faça os investimentos naquela região tão importante do Paraná.

Não posso, no mérito, votar favorável, porque seria um prejuízo ao conjunto dos demais municípios do Estado do Paraná. Hoje voto pela constitucionalidade e entendo que é constitucional, Deputado Nelson Justus e, portanto, terá o voto, porque é um princípio e este princípio é um atributo da sua iniciativa.

Quanto ao mérito, nas próximas Sessões me reservo no direito de votar contrário.

Muito obrigado.

**O SR. NELSON JUSTUS (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente.

Quero encaminhar favoravelmente a esse projeto e pedir compreensão aos nossos Pares, aqui neste momento. É claro nós já o votamos e o aprovamos na Comissão de Constituição e Justiça, quanto à sua constitucionalidade. É isso o que estamos votando agora. Em respeito à opinião do Deputado José Maria, profundo conhecedor e uma pessoa extremamente ativa na Comissão de Constituição e Justiça, o que demonstra que esse projeto é totalmente constitucional, mas acima da sua constitucionalidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse projeto busca resgatar a justiça.

É evidente que a densidade populacional do nosso litoral aumenta e em algumas oportunidades em até 300%, em determinados picos do ano. Não é privilégio nem deste, nem daquele e nem daquele outro Governo, que tem faltado com o apoio para o nosso litoral.

É evidente que seria, perfeitamente, como bem disse o Deputado José Maria, proveitoso que emendássemos o orçamento, com determinadas questões pontuais para a nossa região litorânea, que é muito extensa e por razões óbvias, por falta de investimento e de cuidado, vem perdendo em divisas no nosso Estado, para Estados vizinhos.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com todo o respeito e com toda a humildade é que peço apoio a V. Exas. para esse projeto.

Digo mais, esse projeto - pena que o Deputado Neivo Beraldin não observou - é um pouco semelhante ao projeto do ICMS ecológico, com uma única diferença; este projeto é mais simplista. Tem o caráter político de fazer com que a Secretaria da Fazenda, com que o Poder Executivo regulamentem esta questão. É claro que o projeto virá da Secretaria da Fazenda e do Palácio Iguaçu, com condições, números, detalhes, para que possamos votá-lo, melhorá-lo, para que aí, sim, ele possa, na sua regulamentação, ser sancionado pelo Governador. Tenho a certeza que o Governo do Estado, ao sancionar esta matéria, já a sancionará regulamentando.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, rogo ao Líder do Governo, ao Deputado Stica, que além de votarmos hoje na sua constitucionalidade, o que evidentemente é constitucional, porque essa é uma prerrogativa desta Casa de alterar as leis e não de criar, a Lei de ICMS, portanto, estamos dentro da constitucionalidade. Peço apoio para que também o votemos na questão do mérito no dia de amanhã.

Era isso, Sr. Presidente, e conto com a compreeção dos Srs. Deputados, para que se resgate uma injustiça que se faz quanto ao nosso litoral.

Quero lembrar aqui, Sr. Presidente, apenas por uma questão de curiosidade, dos 54 Deputados, nesta Casa, hoje, apenas cinco não tiveram voto no litoral.

Obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Posteriormente ao Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Em 1990, quando aqui chegava na Casa o Deputado Neivo Beraldin, que já aqui estava no mandato anterior, como V. Exa., apresentava um projeto ecológico.

O projeto passou, foi votado e o Governador Roberto Requião, quanto tomou conhecimento que esses 5% não saía dos cofres do Estado sancionou a lei, porque não saiu um centavo sequer, Deputado Nelson Justus, do dinheiro do Governo do Estado. Apenas os municípios do Paraná ficaram sem esses 5%, entre eles o Município que mais cresce no Paraná, que é a Fazenda Rio Grande, que está contribuindo para que Guaraqueçaba receba o ICMS muito maior do que a Fazenda Rio Grande. O Município de Guaraqueçaba, que não tem mais de quinze mil habitantes, em detrimento de oitenta mil habitantes da Fazenda Rio Grande, está com ICMS muito maior!

Ora, faço um apelo ao Deputado Nelson Justus para que reveja o seu projeto e que esse 1% saia da parte do "leão", da parte do Governo do Estado, porque não

podemos mais ficar tirando dinheiro de municípios do Paraná para satisfazer apenas uma pequena parcela.

Ora, Sr. Presidente, vamos analisar, por exemplo, a situação econômica dos nossos municípios. Londrina e Maringá hoje têm uma receita inferior a Araucária no setor de ICMS. O Deputado Nelson Justus, brilhante defensor, como nós somos, do nosso litoral, estamos realmente querendo soluções e uma das soluções seria o Secretário da Fazenda, no mês de junho e no mês de julho receber como população, porque no setor do índice do ICMS tem o fator população. O que nós queremos é que o fator população de quatrocentas mil pessoas, durante três meses em Matinhos, e quatrocentas mil pessoas em Guarapuava, sejam classificados para o índice do Município de Guaratuba, de Matinhos e de Pontal, porque os demais municípios, como Guaraqueçaba, não têm diferença na população, neste período.

O Deputado Neivo Beraldin, quando apresentou esse projeto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, acabou prejudicando os municípios do Estado. Por quê?

Porque com esses 5% da receita ecológica, deveria se criar um Fundo Ecológico no Estado com esse dinheiro e o Município apresentaria um projeto para aplicar um dinheiro carimbado apenas na ecologia e aí, sim, estaríamos ajudando e defendendo os mananciais de Piraquara, da região e preservando o setor ambiental. No entanto, esse dinheiro, dos 5% que chega na conta da Prefeitura, muita vezes é para comprar automóvel, é para aumentar o salário de Vereadores, é para viagens a outros Estado, porque o dinheiro está sobrando nesses municípios, em detrimento dos que não têm receita adequada.

Por isso, Sr. Presidente, gostaria que V. Exa., no ano que vem, fosse o patrocinador de revogar essa Lei Neivo Beraldin, para que essa Lei dos 5% Ecológico fosse para um Fundo, para que esse Fundo contemple projetos ambientais e não da forma que está hoje aí.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Parece-me, o projeto do Deputado Nelson Justus, extremamente interessante do ponto de vista da estratégia do desenvolvimento urbanístico e turístico do Paraná. Há uma dívida histórica do Paraná com o seu litoral. A urbanização do litoral do Paraná, que é a área histórica onde primeiro houve a ocupação do nosso território, deu-se de uma maneira desastrada e desastrosa. A canalização dos esgotos para dentro do mar, a ocupação do território de maneira desordenada, as nossas praias são uma "títica"! E, na verdade, isso se reflete até na desvalorização imobiliária do nosso litoral, que está à venda por preços muito aviltantes, na proporção de que se valoriza cada dia o litoral de Santa Catarina.



O povo do Paraná inteiro usa o litoral do Paraná. Sendo da parte dos municípios ou da parte do Governo, sinalizar um investimento de 1% do ICMS nos municípios do Litoral é medida, no meu ponto de vista, de urbanismo, de inteligência e de Governo a favor de uma região sofrida turística, cultural e historicamente importante, de fundação do nosso território.

O Governador Requião está fazendo um extraordinário investimento de saneamento no litoral: em Guaratuba, em Matinhos, em Caiobá, em Pontal do Paraná, está triplicando a rede de esgoto. Guaratuba tem cinco mil esgotos ligados. Ao término do Governo Requião terá praticamente todos os domicílio ligados em esgotos sanitários. A Gazeta do Povo publicava, outro dia, os números do grande investimento que a SANEPAR, através do Governo Requião, está fazendo através do Programa Paranásan. Agora esse investimento de saneamento se somar a um investimento de urbanismo, a um investimento de infra-estrutura, dará ao litoral do Paraná uma dimensão nova, uma dimensão que ele ainda não tem. A pequena e frágil Guaraqueçaba, se não tem população, tem um ecossistema peculiar e merece proteção e apoio.

Eu concordo integralmente com o projeto do Deputado Nelson Justus.

#### O SR. NEREU MOURA (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Deputado Nelson Justus é um grande defensor do litoral do Paraná. Tenho acompanhado a sua vida, inclusive na época do Carnaval o Deputado Nelson Justus divulga o nosso litoral, incentiva a famosa Caiobanda, para o litoral do Paraná atrair turistas, não só do nosso Estado, como do Brasil inteiro.

O projeto do Deputado Nelson Justus é palpitante, porém nossos municípios, de uma forma geral, do Paraná e do Brasil, precisam de mais recursos para poder sobreviver, e não podemos vestir um santo e desvestir outro.

Por isso, Deputado Nelson Justus, compreendendo a sua preocupação, e a sua intenção. Acho que precisamos discutir melhor essa matéria.

Nós vamos votar favoravelmente pela constitucionalidade como, aliás, nesta Casa nós sempre reclamamos aqui que a primeira votação de uma matéria tem como escopo analisar a constitucionalidade e se a matéria for constitucional, ela tem que ter essa apreciação. Nós iremos votar pela constitucionalidade, eu irei apresentar uma emenda ao seu projeto para que ele possa voltar à CCJ, à Comissão de Finanças, e lá nós poderemos fazer uma discussão mais forte, mais detalhada para que não se cometa injustiças.

Esse é o nosso encaminhamento, neste momento, salientando aqui que V. Exa., Deputado Nelson Justus, não deixa de ter razão. Pelo contrário, o litoral do Paraná carece de maior investimento, de maior atenção, porque precisamos encontrar talvez um outro mecanismo que

não seja tirar dinheiro dos demais municípios do Estado do Paraná.

#### A SRA. ELZA CORREIA (**Para Encaminhar**)

Eu, igualmente com os companheiros que já me antecederam hoje, votaremos evidentemente pela legalidade e constitucionalidade, entretanto, sabemos todos nós, das dificuldades imensas, inúmeras que todos os municípios do Paraná enfrentam cotidianamente em todas as áreas, em todos os setores.

Em relação à preocupação do Deputado Nelson Justus, acho que tem o seu mérito, a preocupação procede, entretanto vou aguardar a emenda do Deputado Nereu Moura para ver de que maneira este problema poderá ser solucionado, porque também me preocupa, e muito, tirar dinheiro dos municípios que já sofrem uma sangria para resolvermos os problema do litoral.

Acho que nesse instante da vida do Estado fica meio contraditório retirarmos dinheiro do ICMS para atendermos o litoral, embora concorde com o Deputado Greca que todos nós somos usuários do litoral paranaense, pelo menos nos meses de temporada, mas não concordo que os municípios devam bancar diminuindo o seu ICMS para as estruturas da região litorânea. Há que se buscar uma outra solução!

Então, hoje votarei pela legalidade, pela constitucionalidade, mas não assumo o voto favorável na Sessão de amanhã, caso não concorde com as emendas que serão apresentadas.

Muito obrigada.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação 1ª Discussão do Projeto de Lei 476/2004. **Aprovado.**

Sobre a mesa, Requerimento nº 2271, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando uma Sessão Ordinária para terça-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 336, 419 e 442/2004.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 301/2003, 054, 093, 262, 269, 276, 281, 305, 351 e 476/2004.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 676, 677/2003, 236, 359, 438, 459, 461, 463, 473 e 482/2004.

Levanta-se a Sessão.

## Ato da Comissão Executiva:

### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 332/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 6253/2004, datado de 13 de setembro de 2004, deste Poder,

#### R E S O L V E :

determinar, que o funcionário WILSON KAIEL, matrícula 436, deste Poder Legislativo, abrangido pela isenção da contribuição previdenciária prevista no artigo 3º, parágrafo 1º e no artigo 8º, parágrafo 5º da Emenda Constitucional nº 20 de 15 de novembro de 1988, passará a recolher a contribuição previdenciária correspondente, fazendo jus, na mesma competência, ao recebimento do abono de permanência em serviço - até aposentadoria voluntária ou compulsória - equivalente ao valor da contribuição, nos termos do parágrafo 19, do artigo 40, da Constituição Federal, estabelecida pelo artigo 1º da Emenda Constitucional nº 41/2003, com efeitos a partir do mês de junho do corrente ano observando o artigo 9º, da Resolução nº 3.837, da Secretaria de Administração e Previdência do Paraná, desde que não haja formalização de Pedido de Aposentadoria Voluntária, de acordo com o artigo 7º, da mesma Resolução.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 25.11.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente  
NEREU MOURA - 1º Secretário  
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

## Atos da Diretoria Geral:

### PORTARIA Nº 53/2004

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7963, datado de 30 de novembro de 2004, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, MARINEIDE LUZIA GOLOS, matrícula nº 40.205, de trinta (trinta) dias, a partir de 29 de novembro de 2004, término 29 de dezembro de 2004. CID. 10 f33.1.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06.12.2004.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

### PORTARIA Nº 54/2004

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo

em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8124, datado de 07 de dezembro de 2004, deste Poder,

#### R E S O L V E :

prorrogar, à disposição do Tribunal de Justiça, a servidora deste Poder Legislativo, FÁTIMA REGINA VICENTE, matrícula nº 40154, até 31 de dezembro de 2005, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08.12.2004.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

### PORTARIA Nº 55/2004

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7965, datado de 01 de dezembro de 2004, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, PAULO EMILIO GOMES PERDIGÃO, matrícula nº 40.083, de trinta (trinta) dias, a partir de 04 de novembro de 2004, término 04 de dezembro de 2004. CID. 10 H16.3.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09.12.2004.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

## Atas de Comissão:

### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

#### 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA

#### 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de novembro de dois mil e quatro reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões a Comissão de Saúde Pública presidida pelo Sr. Deputado Dr. Luciano Ducci e contando com a presença dos seguintes Deputados: Alexandre Curi, Duílio Genari, Nelson Tureck e Nelson Justus. Havendo número legal o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião passando-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 729/2003, de autoria do Deputado Luciano Ducci. Com Parecer do Deputado Alexandre Curi, FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 360/2003, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Com Parecer do Deputado PADRE PAULO CAMPOS, FAVORÁVEL - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 695/2003, de autoria do Deputado Reni Pereira. Com Parecer do Deputado Alexandre Curi, FAVORÁVEL. APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 138/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Com Parecer do Deputado Nelson Tureck, FAVORÁVEL - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 070/2004, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Com Parecer do Deputado Duílio Genari, FAVORÁVEL - APROVADO; 06) Pro-

jeto de Lei nº 112/2004, de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci. Com Parecer do Deputado Duílio Genari, FAVORÁVEL - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 115/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Com Parecer do Deputado Nelson Justus, FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Osmar Prestes, Secretário desta Comissão.

(aa) DR. LUCIANO DUCCI - Presidente

Osmar Prestes - Secretário

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de dezembro de dois mil e quatro reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões a Comissão de Saúde Pública presidida pelo Sr. Deputado Dr. Luciano Ducci e contando com a presença dos seguintes Deputados: Duílio Genari, Alexandre Curi, Padre Paulo Campos e Nelson Justus. Havendo número legal o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião passando-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 435/2003, de autoria da Deputada Arlete Caramês. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Alexandre Curi - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 318/2003, de autoria do Deputado Tadeu Veneri. Parecer do Deputado Dr. Luciano Ducci, FAVORÁVEL - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 484/2003, de autoria da Deputada Arlete Caramês. Parecer do Deputado Dr. Luciano Ducci, FAVORÁVEL. APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 167/2003, de autoria do Deputado Nelson Justus. Com Parecer do Deputado Vanderlei Iensen, FAVORÁVEL - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 106/2003, de autoria dos Deputados Dr. Luciano Ducci e André Vargas. Parecer do Deputado Padre Paulo Campos, FAVORÁVEL - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 252/2003, de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci. Parecer do Deputado Nelson Tureck, FAVORÁVEL - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 301/2003, de autoria do Deputado José Maria Ferreira. Parecer do Deputado Dr. Luciano Ducci, FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Osmar Prestes, Secretário desta Comissão.

(aa) DR. LUCIANO DUCCI - Presidente

Osmar Prestes - Secretário

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA

TERMO DE ATA - ARTIGO 27 - CONSTITUIÇÃO  
ESTADUAL

Aos nove dias do mês de dezembro de dois mil e quatro, às onze horas, na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a

Comissão de Tomada de Contas, para deliberar sobre o artigo 27, parágrafo 9º da Constituição. O Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, determinou que se fizesse publicar no Diário da Assembléia, para conhecimento de todos, as prestações de contas que atendem ao referido artigo, que diz: “As contas da administração pública direta, fundações, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, ficarão, durante sessenta dias, anualmente, em local próprio da Assembléia Legislativa, à disposição, para exame e apreciação de qualquer contribuinte, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade, nos termos da Lei,” as quais encontravam-se em poder da Comissão desde o início do período legislativo do ano de dois mil e quatro, referentes ao exercício de 2.003, conforme segue: Protocolo nº 2812/2004, relatório de atividades da FERROESTE; Protocolo nº 2814/2004, prestação de contas da PARANÁ INVESTIMENTOS S/A; Protocolo nº 2829, prestação de contas da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC; Protocolo nº 2854/2004, prestação de contas do Departamento de Arquivo Público - DEAP; Protocolo nº 2872/2004, prestação de contas da Universidade Estadual de Maringá - UEM; Protocolo nº 2873/2004, prestação de contas da Agência de Fomento do Paraná - DETRAN; Protocolo nº 2874/2004, prestação de contas do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN; Protocolo nº 2880/2004, prestação de contas da Empresa Paranaense de Classificação de Produtos - CLASPAR; Protocolo nº 2881/2004, prestação de contas da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR; Protocolo nº 3016/2004, prestação de contas da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - CODAPAR; Protocolo nº 3017/2004, relatório anual e balanço patrimonial da Universidade Estadual de Londrina - UEL; Protocolo nº 3018/2004 e 3019/2004, relatório circunstanciado das atividades do Serviço Social Autônomo PARANÁ TECNOLOGIA; Protocolo nº 1935/2004, prestação de contas do Serviço Social Autônomo Paraná Educação; Protocolo nº 1946/2004, prestação de contas do Fundo Especial de Requerimento de Trânsito - FUNRESTRAN; Protocolo nº 2115/2004, relatório de Gestão do Serviço Social Autônomo PARANACIDADE; Protocolo nº 2155/2004, prestação de contas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, e, para surtir os efeitos, lavrei o presente Termo de Ata, que após lido e achado conforme será assinado pelo Sr. Presidente e por mim, Maria Regina Subtil, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

Maria Regina Subtil - Secretário

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e quatro, às dez horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do

Paraná, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para sua oitava Reunião Ordinária, com a presença dos Srs. Deputados-membros da Comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte Pauta: proposição nº 84/2004 - Submeter à aprovação da verba de ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados referente aos meses de novembro e dezembro de 2004. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, abriu a reunião passando a palavra ao Sr. Deputado Carlos Simões, Relator da Proposição nº 84/2004, que trata da verba relativa aos créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente aos meses de novembro e dezembro de 2004, conforme Resolução nº 03 de 15 de março de 2.004. Após análise da matéria, conclui o Relator que as contas apresentadas encontram-se dentro das normas de sua regulamentação, dada à sua exatidão, atendendo à legislação em vigor, deliberando pelo Parecer FAVORÁVEL, sendo acompanhado, em sua decisão por todos Deputados presentes. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, desejando um Feliz Natal e um profícuo Ano Novo a todos e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei a reunião e lavrei a presente Ata, após lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão, Srs. Deputados presentes, e, por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DR. DUÍLIO GENARI - Presidente  
Maria Regina Subtil - Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e quatro, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, as Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes Deputados: Duílio Genari, Pastor Edson Praczyk, Tadeu Veneri, Durval Amaral, Antonio Anibelli, Delegado Mário Braddock, Nelson Justus e Marcos Isfer. Havendo número legal, o Presidente deu por aberta a presente reunião, submetendo a Ata da reunião anterior à discussão e votação - APROVADA. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 676/2003, de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Anibelli, na forma da emenda e da subemenda proposta no voto em separado do Deputado Tadeu Veneri, ambas anexas - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 677/2003, de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Anibelli, na forma da emenda e da subemenda proposta no voto em separado do Deputado Tadeu Veneri, ambas anexas - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 459/2004, de autoria do Poder Executivo. Parecer

FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto, lido pelo Deputado Duílio Genari - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 476/2004, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Anibelli - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 461/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 463/2004, de autoria do Deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 466/2004, de autoria do Deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 474/2004, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 480/2004, de autoria do Deputado Waldir Leite. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 481/2004, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 482/2004, de autoria do Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. o Presidente submete o pedido de inclusão do Projeto de Lei nº 473/2004, à apreciação da Comissão - DEFERIDA a inclusão; 12) Projeto de Lei nº 473/2004, de autoria do Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Marcos Isfer - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

HERMES FONSECA - Presidente

Ana Lúcia Andretta Secretária

## Balancete:

OFÍCIO Nº 018/2004

Curitiba, 07 de dezembro de 2004.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de NOVEMBRO/2004, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA  
Coordenadoria de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR  
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI  
Mui Digno Diretor da DAT  
Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Novembro	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data:30/11/2004
MÊS: Novembro	Exercício: 2004	

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	16.600.000,00	165.700.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA CORRENTES	16.600.000,00	165.700.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	900.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	900.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	16.600.000,00	166.600.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	1.058.017,60	7.432.887,18
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.058.017,60	7.432.887,18
CANCELAMENTO DE DÍVIDAS PASSIVAS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	1.058.017,60	7.432.887,18

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	17.138.659,74	9.229.421,96
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	17.138.659,74	9.229.421,96
TOTAL	34.796.677,34	183.262.309,14

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Novembro	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 02
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data: 30/11/2004
MÊS: Novembro	Exercício: 2004	

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	14.576.495,80	157.635.656,06
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.003.079,40	130.430.906,95
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.573.416,40	27.204.749,11
DESPESAS DE CAPITAL	10.220,00	475.661,85
INVESTIMENTOS	10.220,00	475.661,85
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	14.586.715,80	158.111.317,91
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	14.348,00	927.922,43
PAGAMENTOS	14.348,00	927.922,43
CANCELAMENTOS	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	299.600,00	4.327.055,26
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	299.600,00	4.327.055,26
CANCELAMENTO DE OUTROS CRÉDITOS (C.A.)	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	313.948,00	5.254.977,69
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	19.896.013,54	19.896.013,54
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	19.896.013,54	19.896.013,54
TOTAL	34.796.677,34	183.262.309,14

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade